

**Jorge Costa Pereira; 23.11.2005**  
**Educação – Plano do Governo para 2006**

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

Senhores membros do Governo

O Plano do Governo para 2006, na área da educação, como era expectável, é um Plano de continuidade, que reafirma, naturalmente, os mesmos princípios, e que se propõe aos mesmos objectivos. Por isso, as políticas sectoriais definidas para o período anual nesta área repetem os objectivos de 2005, à excepção de dois, que merecem agora destaque mais particular. Refiro-me à “Promoção e apoio ao ensino profissional, quer enquanto via alternativa de acesso ao mercado de trabalho, quer enquanto estratégia de combate ao insucesso e abandono escolar” e a “Garantia de implementação das tecnologias de informação no sector da educação”.

Em termos de afectação das verbas da Educação, mantém-se genericamente o modelo do plano de 2005: por um lado, o projecto relativo às construções escolares é o que predomina sobre todos os outros, representando 80,7% das verbas, o que mesmo assim, significa uma redução de 8% relativa a 2005.

O projecto com maior crescimento percentual refere-se à Intervenção Específica em Rabo de Peixe, destinada à ampliação e remodelação da Escola Ruy Galvão de Carvalho, que passa de 3,3% da verba em 2005, para 12,7% em 2006.

Os restantes projectos, com variações pouco significativas, mantêm-se ao mesmo nível de 2005 no conjunto das verbas da Educação.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

Senhores membros do Governo

O documento orientador do investimento do Governo no sector é a chamada Carta Escolar dos Açores, cuja última versão foi publicada anexa à Resolução n.º10/2004, de 22 de Janeiro.

Nessa Carta se consagram as prioridades e as opções do Governo no domínio da construção de novas escolas. Mas continua a não ser claro o critério e o planeamento que está a ser seguido. Por exemplo, ficam de fora do Plano para 2006, no capítulo da construção de novas escolas, a EB2,3 da Levada, a EB2,3/S das Lajes do Pico (esta com a agravante de já ter constado do Plano de 1999 e ter desaparecido a partir daí), a EB2,3 S. Roque/Livramento, a Escola Secundária das Capelas e a EB1,2,3/JI da Ponta da Ilha, no Pico.

Porque estão estas escolas fora do plano de investimentos? Qual o planeamento que está previsto para elas nesta legislatura? Porque não estão estas e estão outras sem que se cumpram as prioridades assumidas na Carta Escolar? Pela análise dos documentos disponíveis não é possível encontrarmos resposta para estas questões.

Mantêm-se, por outro lado, incongruências que não parecem justificar-se em documentos com a importância daqueles que vão reger e orientar a actividade governativa. O Plano faz referência à Grande Reparação e Adaptação ao Ensino Secundário da EB2,3/S das Lajes do Pico, remetendo-se para a Carta Escolar no seu ponto 4.1.7. Ora, tal ponto daquela Carta orienta para uma solução exactamente oposta à que aparece no Plano uma vez que diz, textualmente, que “as actuais instalações (...) estão muito degradadas e pela sua localização junto ao mar, em local que não permite a ampliação necessária (...) não justificam o investimento que a sua recuperação implica. Assim, opta-se pela construção de uma nova escola em local já escolhido para o efeito.”

O mesmo se diga para a Escola da Horta, que no Plano se indica como sendo uma Escola Secundária, mas que na Carta Escolar se aponta para que seja uma EBI/S.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

Senhores membros do Governo

Duas áreas dominam as expectativas da política educativa para 2006: o problema do insucesso escolar nos Açores e as questões que envolvem a aplicação do Despacho n.º48/2005.

As taxas de retenção no ensino básico nos Açores são preocupantes, quer em valor absoluto, quer comparativamente com o resto do País. Em todos os anos, do 2º ao 9º ano de escolaridade, na nossa Região, as taxas de retenção são superiores às verificadas nas restantes regiões de Portugal e inclusivamente diferenciam os Açores pela negativa no contexto educativo da União Europeia.

Por isso, reduzir o insucesso é um imperativo da política educativa para os próximos anos. E que não se pode limitar a medidas aparentemente avulsas, como as anunciadas inspecções às actas dos conselhos de turma com mais de 5% de retenções, que, mal interpretadas e executadas, podem induzir à criação das condições para facilitar um sucesso artificial e administrativo que se não deseja.

Com seriedade, o que falta essencialmente saber é porque é que o problema das elevadas taxas de retenção nos Açores persiste e se tende a revelar com características estruturais.

Já aqui defendemos a necessidade de envolver as escolas, a tutela e toda a comunidade educativa para reflectir, analisar, encontrar propostas, descobrir caminhos e soluções que permitam alterar a situação actual.

Saber as causas do elevado insucesso escolar nos Açores, conhecer as suas envolventes sociais, culturais e espaciais, e encontrar caminhos que permitam combater a raiz do problema evitando a tentação fácil do sucesso pela via administrativa, é uma exigência da política educativa nos Açores para os próximos anos e um combate que deve todos unir.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

Senhores membros do Governo

Outra exigência para 2006 na área da educação é a que resulta da aplicação do despacho n.º48/2005, que obriga a permanência dos docentes nas escolas, sem ter em

conta a realidade e as condições dessas escolas em receber a presença simultaneamente de tantos docentes ao mesmo tempo sem aulas atribuídas.

Este facto, aliado à interpretação e aplicação diferenciadas de escola para escola do referido despacho, levou a um descontentamento fundamentado e razoável da maioria dos professores.

Às razões dos docentes parece ter sido sensível o Presidente do Governo e alguma flexibilidade que se anunciou introduzir na aplicação daquele despacho continua sem resolver o problema essencial.

Por isso, para 2006, aguarda-se a prometida legislação regional sobre esta matéria para todos podermos avaliar até que ponto ela resolverá com justiça e realismo as deficiências e inadequações do actual despacho, ou mantém teimosamente uma situação que mais tarde ou mais cedo começará a ter repercussões nos nossos alunos. E sobretudo aguardamos expectantes se se mantém a actual e perigosa intenção de equiparar e reduzir o pessoal docente a mero funcionalismo público ou se se arrepia caminho e se se mantém a identidade de um corpo docente com prestígio e dignidade próprias.

Quem vai às escolas, quem fala com os nossos colegas docentes, verifica uma revolta e uma desmotivação generalizadas, próprias de quem se sente injustiçado e de quem está a ser tratado sem o respeito e a dignidade que a sua profissão merece.

Dizia há alguns anos, com profunda razão, o Prof. Veiga Simão, que não há reformas nem mudanças no ensino que resultem, se nelas os professores não se revirem nem nelas forem implicados, entendendo-as e participando no processo da sua implementação.

Parece ser este o caso.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

Senhores membros do Governo

Finalmente, para 2006, aguardamos com expectativa os resultados do expediente encontrado para tentar resolver a retirada das verbas previstas no PIDDAC para o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores. Com efeito, o

actual Governo da República, para 2006 retirou a verba de 1.320.000,00 euros do PIDDAC e de um total de 2,7 milhões de euros para o mesmo objectivo inscreveu agora apenas 50.0000,00 euros, e remeteu a Universidade para a candidatura ao Programa Operacional Ciência e Inovação.

A esta deplorável decisão do Governo da República acudiu o Governo Regional inscrevendo no Plano para 2006 a verba de 50.000,00 euros, para reforçar a componente nacional da verba que a Universidade necessita para se poder candidatar ao POCI, verba que o Magnífico Reitor já publicamente afirmou não ser suficiente para resolver o problema do DOP nem das obras do Pólo da Terra Chã.

Mas, independentemente disto, a verdade é que esta “solução”, que tanto compromete quem a decidiu como quem a aceitou com subserviência, trocou o certo pelo incerto, o inscrito em PIDDAC por uma candidatura a um Programa cujo resultado é naturalmente uma incógnita.

2006 está já aí e vamos aguardar os desenvolvimentos deste processo.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

Senhores membros do Governo

O Governo Regional dos Açores envolveu-se, portanto, financeiramente na viabilização de uma solução para o problema do DOP, princípio que registamos positivamente, uma vez que está obviamente em causa um projecto estruturante para os Açores, para a sua Universidade e para a ilha do Faial.

Igual procedimento e envolvimento se espera agora do Governo Regional noutro projecto estruturante para o Faial como é a ampliação da Pista do Aeroporto da Horta de forma a torná-lo operacional sem penalizações nos voos com a costa leste dos Estados Unidos. Já várias vezes, em público, tem sido prometida a intervenção do Governo Regional, até financeiramente se preciso fosse, nesta questão. Não é, infelizmente, ainda no Plano para 2006 que ela se concretiza.

A propósito e a finalizar, refira-se que o Plano do Governo para 2006 em relação ao Faial é o plano da concretização de algumas expectativas e promessas de quase dez anos, e que já há muito deviam estar concluídas não podendo, por isso, ser sobrevalorizadas.

De resto é o habitual rol das acções que se vão abrindo com dotações simbólicas, acompanhadas com as promessas renovadas de que agora é que vai ser.

Mesmo assim, ficam ainda de fora as promessas de realizar o reordenamento do porto da Horta, de construir a pousada da Juventude do Faial, de concluir a reabilitação da Igreja do Carmo, de construir o novo estádio de futebol, de ampliar o Museu da Horta, de construir um Centro de Acolhimento para crianças e jovens do sexo masculino, a revitalização das termas do Varadouro e a construção do Polivalente da Feteira.

Neste quadro, no caso do Faial, o histórico de incumprimentos por parte do Governo Regional do Partido Socialista obriga-nos a esperar para ver e ver para acreditar.

Tenho dito.

Horta, 23 de Novembro de 2005

---

Jorge Costa Pereira  
*Deputado Regional*